

---

**GEORGE SALOMÃO LEITE**  
Coordenador

**CURSO DE  
DIREITOS  
FUNDAMENTAIS**

Em Homenagem ao Ministro  
**LUÍS ROBERTO BARROSO**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quênia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiária:* Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Thyara Pina da Silva

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Beatriz Corrêa, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

*Capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araújo e Rodrigo Araújo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Curso de direitos fundamentais : em homenagem ao Ministro Luís Roberto Barroso. vol. 2 / George Salomão Leite, coordenador. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-230-8

1. Barroso, Luis Roberto. Direito constitucional 3. Direitos fundamentais  
4. Direitos humanos I. Leite, George Salomão.

22-104762

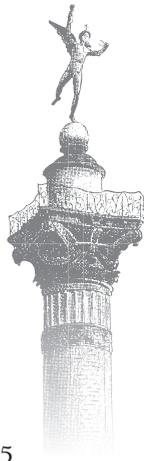
CDU - 342.7

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Direitos humanos e fundamentais 3. Direito constitucional 342.7

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



## SUMÁRIO

SOBRE O COORDENADOR .....	5
SOBRE OS AUTORES .....	7
PREFÁCIO .....	13
APRESENTAÇÃO .....	17
<b>CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>31</b>
GEORGE SALOMÃO LEITE	
1. Evolução histórica.....	31
2. <i>Gerações ou Dimensões</i> dos Direitos Fundamentais? .....	42
3. Direitos fundamentais e Direitos humanos: aproximações.....	46
4. Características dos Direitos Fundamentais.....	48
5. Titularidade dos Direitos Fundamentais .....	50
5.1. Titularidade das pessoas físicas.....	51
5.2. Titularidade das pessoas jurídicas.....	51
5.3. Titularidade dos direitos individuais .....	54
5.3.1. Titularidade dos direitos políticos .....	55
5.4. Titularidade dos direitos sociais .....	56
5.5. Titularidade dos direitos econômicos .....	58
5.6. Titularidade dos direitos culturais .....	60
5.6.1. Os Conceitos de Cultura e Direito à Cultura.....	60
5.6.2. Cultura e cidadania .....	61
6. Limites dos direitos fundamentais.....	62
7. Colisão de direitos fundamentais .....	67
8. Eficácia dos direitos fundamentais .....	68
<b>CAPÍTULO II – O PROCESSO DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....</b>	<b>71</b>
AGASSIZ ALMEIDA FILHO	
Introdução .....	71

1.	Concretização dos direitos fundamentais: aproximação conceitual .....	71
1.1.	Concretização das normas constitucionais .....	72
1.2.	Concretização dos direitos fundamentais: regras e princípios .....	74
a)	Concretização iusfundamental: regras .....	75
b)	Concretização iusfundamental: princípios .....	76
2.	Concretização e efetividade dos direitos fundamentais .....	77
a)	A retroalimentação entre realidade vivida e concretização normativa .....	77
b)	O déficit de historicidade dos direitos fundamentais .....	78
3.	Concretização dos direitos fundamentais e soberania popular .....	79
4.	A concretização dos direitos fundamentais como meio de assegurar a integração política .....	80
5.	Concretização dos direitos fundamentais e realização da pessoa humana ...	81
 <b>CAPÍTULO III – CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS SOB A PERSPECTIVA MULTINÍVEL .....</b>		<b>83</b>
FLÁVIA PIOVESAN		
1.	Introdução .....	83
2.	Proteção dos Direitos Humanos na Constituição Brasileira de 1988 .....	83
3.	Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos e a Constituição Federal de 1988 .....	86
4.	A emergência de um novo paradigma jurídico .....	95
5.	Conclusão .....	98
 <b>CAPÍTULO IV – A LIBERDADE COMO VETOR NORMATIVO DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO .....</b>		<b>99</b>
FLÁVIO PANSIERI		
1.	Introdução .....	99
2.	A ascensão do constitucionalismo democrático .....	100
3.	A condição de agente: fulcro do desenvolvimento como liberdade de Amartya Sen .....	102
4.	O regime democrático e a ampliação das liberdades .....	107
5.	Considerações finais .....	111
 <b>CAPÍTULO V – O DIREITO FUNDAMENTAL À IGUALDADE .....</b>		<b>113</b>
MARIA GARCIA		
	Introdução .....	113
1.	O direito fundamental à igualdade .....	116

2. A aventura de igualdade (1789).....	120
3. O direito à igualdade nas Constituições brasileiras.....	121
4. Da transição do Estado Liberal para o Estado Social de Direito.....	126
5. O direito à igualdade na Constituição de 1988 .....	129
<b>CAPÍTULO VI – SOLIDARIEDADE: DIREITOS FUNDAMENTAIS E DEMOCRACIA .....</b>	<b>135</b>
MARCO AURÉLIO MELLO	
1. Introdução.....	135
2. Desafios à dogmática jurídica .....	135
3. A consagração dos direitos fundamentais na Constituição de 1988.....	137
4. O direito-dever fundamental de solidariedade.....	139
5. Conclusão .....	142
<b>CAPÍTULO VII – O DIREITO DE PROPRIEDADE E SUA FUNÇÃO SOCIAL NO DIREITO BRASILEIRO.....</b>	<b>143</b>
MANOEL MESSIAS PEIXINHO e CAROLINA ALTOÉ VELASCO	
Introdução .....	143
1. Direito de propriedade .....	143
1.1. Conceito .....	143
1.2. Função social da propriedade .....	147
1.2.1. Função social da propriedade urbana .....	149
1.2.2. Função social da propriedade rural .....	151
1.3. Das restrições ao direito de propriedade .....	153
1.3.1. Servidão.....	154
1.3.2. Requisição administrativa .....	155
1.3.3. Ocupação temporária .....	159
1.3.4. Limitação administrativa.....	161
1.3.5. Tombamento .....	162
1.3.6. Desapropriação.....	165
1.3.7. Garantias do titular do direito de propriedade.....	170
Considerações finais .....	171
<b>CAPÍTULO VIII – LIBERDADE DE COMUNICAÇÃO E SIGILO DE DADOS E CORRESPONDÊNCIA.....</b>	<b>175</b>
LUIZ EDSON FACHIN e ROBERTO DALLEONE MACHADO FILHO	
Introdução .....	175
1. Sigilo de correspondência e proteção de dados na experiência constitucional brasileira .....	176

2. As iniciativas legislativas após a Constituição de 1988 .....	178
3. A contribuição do Supremo Tribunal Federal para a construção dogmática do conceito de privacidade .....	180
Conclusões .....	185

## CAPÍTULO IX – LIBERDADE DE EXPRESSÃO DA ATIVIDADE INTELECTUAL, ARTÍSTICA, CIENTÍFICA E DE COMUNICAÇÃO .....

187

### EDILSON FARIAS

1. Proteção constitucional da liberdade de expressão .....	187
1.1. Liberdade genérica de expressão do pensamento .....	187
1.2. Liberdade de expressão de consciência e de crença religiosa .....	189
1.3. Liberdade de expressão filosófica e política .....	190
1.4. Liberdade de expressão artística e científica .....	191
2. Proteção constitucional da liberdade de comunicação .....	192
2.1. Direito fundamental de informar .....	194
2.2. Direito fundamental de acesso à informação .....	194
2.3. Direito fundamental de ser informado .....	196
2.3.1. Direito a receber informações dos órgãos públicos, direito ao <i>open files</i> e princípio da administração aberta .....	198
2.3.2. Direito a receber informações dos meios de comunicação de massa .....	201
2.3.3. Direito a receber informação publicitária adequada .....	202
3. Liberdade de comunicação e direitos fundamentais concorrentes .....	204
4. Princípios constitucionais da liberdade de expressão e comunicação .....	204
4.1. Princípio da vedação do anonimato .....	205
4.2. Princípio da proscrição de censura e licença .....	206

## CAPÍTULO X – CONSIDERAÇÕES ACERCA DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DA REGULAÇÃO DO DISCURSO DO ÓDIO NA INTERNET À LUZ DO EXEMPLO DO ASSIM CHAMADO GERMAN NETWORK ENFORCEMENT ACT (NETZWERKDURCHSETZUNGSGESETZ) .....

209

### INGO WOLFGANG SARLET

1. Introdução, delimitação do tema e do problema .....	209
2. Notas sobre o (sempre atual!) problema das tensões/conflitos entre a liberdade de expressão e os demais direitos fundamentais .....	213
3. O caso do German Network Enforcement Act – GNEA (Netzwerkdurchsetzungsgesetz) .....	219
4. Considerações finais .....	226

<b>CAPÍTULO XI – LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E PROCESSO CONSTITUCIONAL: O PAPEL DA JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL NA PRESERVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, DO PLURALISMO E DO PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>231</b>
EMERSON AFFONSO DA COSTA MOURA	
1. Introdução.....	231
2. Neoconstitucionalismo e processo constitucional.....	232
3. Jurisdição constitucional e ativismo na proteção dos direitos fundamentais.....	236
4. Processo constitucional e direitos fundamentais.....	240
5. Processo constitucional e liberdade de informação.....	244
6. Conclusão.....	251
<b>CAPÍTULO XII – DIREITO À LIBERDADE NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: O PARADIGMA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>253</b>
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI	
1. Introdução.....	253
2. Direito à liberdade.....	254
2.1. O direito à liberdade na Constituição Federal.....	257
2.2. Restrições à liberdade individual.....	263
3. Direito fundamental à liberdade das pessoas com deficiência.....	265
3.1. A liberdade educacional das pessoas com deficiência e a educação inclusiva.....	270
4. Conclusão.....	277
<b>CAPÍTULO XIII – LIBERDADE: A COMPLEXA QUESTÃO RELIGIOSA.....</b>	<b>279</b>
JOSÉ LUIZ QUADROS DE MAGALHÃES e FLAVIA ALVIM DE CARVALHO	
Introdução.....	279
1. Pluralismo religioso e liberdade de culto enquanto conquistas na América Latina.....	282
2. O ensino religioso nas escolas brasileiras, o Estado laico e a interpretação pluralista e procedimental da Constituição.....	285
Considerações finais.....	288
<b>CAPÍTULO XIV – LIBERDADE DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....</b>	<b>291</b>
VANIA SICILIANO AIETA e MARCELO WEICK POGLIESE	
1. Introdução.....	291

2.	Regulamentação das profissões e os grupos de pressão.....	294
3.	A judicialização dos conflitos sobre os contornos da liberdade profissional e a posição das Cortes Superiores .....	295
3.1.	Supremo Tribunal Federal .....	295
3.2.	Superior Tribunal de Justiça .....	298
4.	Conclusões.....	299
<b>CAPÍTULO XV – A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DE GRUPOS OPRIMIDOS ...</b>		<b>301</b>
DANIEL SARMENTO		
1.	Uma homenagem mais que merecida .....	301
2.	Introdução.....	301
3.	Democracia constitucional, direitos das minorias e jurisdição .....	302
4.	Direitos das minorias vulneráveis não são privilégios.....	306
5.	Principais dimensões dos direitos das minorias vulneráveis.....	310
5.1.	Redistribuição .....	310
5.2.	Reconhecimento.....	312
5.3.	Participação .....	313
5.4.	Liberdades iguais.....	314
5.5.	Justiça socioambiental.....	315
6.	Conclusão .....	316
<b>CAPÍTULO XVI – DIREITOS POLÍTICOS NA CONSTITUIÇÃO DE 1988: UMA VISÃO DOGMÁTICA .....</b>		<b>317</b>
JOÃO TRINDADE CAVALCANTE FILHO		
Introdução .....		317
1.	Cidadania.....	317
1.1.	Ativa (capacidade eleitoral ativa).....	317
1.2.	Passiva (capacidade eleitoral passiva).....	317
2.	Sufrágio .....	318
3.	Voto.....	319
3.1.	Direto .....	319
3.1.1.	O voto indireto nas demais esferas federativas.....	320
3.2.	Secreto.....	320
3.3.	Periódico .....	320
3.4.	Paritário ou igualitário.....	320
3.5.	Obrigatório.....	321

4.	Escrutínio.....	321
5.	Alistamento eleitoral .....	321
5.1.	Proibido.....	321
5.2.	Obrigatório.....	322
5.3.	Facultativo .....	322
6.	Condições de elegibilidade (art. 14, § 3º) .....	322
6.1.	Filiação partidária.....	322
6.2.	Domicílio eleitoral na circunscrição .....	323
6.3.	Idade mínima .....	323
7.	Inelegibilidade.....	324
7.1.	Inelegibilidades absolutas.....	325
7.1.1.	Inalistáveis .....	325
7.1.2.	Analfabetos.....	325
7.2.	Inelegibilidades relativas .....	325
7.2.1.	Inelegibilidade em virtude de exercício prévio de dois mandatos seguidos no Poder Executivo (art. 14, § 5º) .....	325
7.2.2.	Inelegibilidade em virtude do parentesco (inelegibilidade reflexa) (art. 14, § 7º) .....	327
7.2.3.	Outros casos previstos em lei complementar (art. 14, § 9º)...	328
8.	Perda e suspensão dos direitos políticos .....	329
8.1.	Considerações teóricas .....	329
9.	Anterioridade da lei eleitoral (art. 16) .....	331

## **CAPÍTULO XVII – A NACIONALIDADE BRASILEIRA E A EXTRADIÇÃO: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL...** 333

ANA BEATRIZ FERREIRA REBELLO PRESGRAVE e DÉBORA MEDEIROS TEIXEIRA DE ARAÚJO

Introdução .....	333
1. Da nacionalidade .....	334
2. Da nacionalidade brasileira .....	335
3. Das hipóteses constitucionais de perda da nacionalidade brasileira .....	338
4. Da extradição .....	341
5. Do posicionamento do STF acerca da aquisição e perda da nacionalidade brasileira e da extradição .....	345
5.1. O casamento com nacional e o momento da aquisição da nacionalidade.....	345
5.2. Momento da aquisição nacionalidade secundária.....	346
5.3. Da vinculação do Presidente da República à decisão do STF no pedido de extradição (Ext 1085) .....	347

5.4. Da competência do STF para conhecer de Mandado de Segurança nos casos de perda de nacionalidade e pedido de extradição.....	348
5.5. O caso Claudia Hoerig: perda da nacionalidade brasileira (MS 33.864/DF) .....	350
6. Considerações finais.....	352
<b>CAPÍTULO XVIII – DIREITOS SOCIAIS POSITIVOS: ANÁLISE DO ART. 6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA SUPERIOR.....</b>	<b>355</b>
EDUARDO DOS SANTOS	
1. Introdução.....	355
2. Direitos Sociais Positivos.....	356
3. Direito à educação .....	357
4. Direito à saúde.....	360
4.1. Judicialização do direito à saúde no combate à pandemia da Covid-19 .....	363
5. Direito à alimentação.....	366
6. Direito ao trabalho.....	366
7. Direito à moradia.....	368
8. Direito ao transporte.....	368
9. Direito ao lazer .....	369
10. Direito à segurança .....	369
11. Direito à previdência social.....	371
12. Direito à proteção à maternidade e à infância .....	371
13. Direito à assistência aos desamparados.....	374
<b>CAPÍTULO XIX – REFLEXÕES DA DISTINÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DE DOMICÍLIO, RESIDÊNCIA, MORADIA, HABITAÇÃO, LAR E IMÓVEL.....</b>	<b>377</b>
SERGIO IGLESIAS	
1. Introdução.....	377
2. O direito à moradia à luz da sua natureza jurídica de direitos humanos....	378
3. A Emenda Constitucional n. 26, de 2000, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	385
4. Distinções de domicílio, residência, moradia, habitação, lar e imóvel .....	394
5. Conclusão .....	401
<b>CAPÍTULO XX – DEVER FUNDAMENTAL DE SOLIDARIEDADE E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE: MAIS QUE SENTIMENTOS MORAIS .....</b>	<b>403</b>
JORGE RENATO DOS REIS e PRISCILA DE FREITAS	
1. Introdução.....	403

2. A solidariedade como valor moral .....	403
3. A Solidariedade como Princípio Constitucional.....	406
4. Os deveres fundamentais: normas jurídicas “esquecidas” .....	411
5. Conclusão .....	414
<b>CAPÍTULO XXI – PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS PROCESSUAIS QUE IMPRIMEM UMA VISÃO UNIFORME À CIÊNCIA PROCESSUAL.....</b>	<b>417</b>
JOSE HERVAL SAMPAIO JUNIOR	
1. Considerações iniciais sobre a temática.....	417
2. Devido processo legal.....	420
3. Juiz Natural .....	424
4. Acesso à justiça.....	428
<b>CAPÍTULO XXII – A DIGNIDADE E OS DIREITOS DA NATUREZA: O DIREITO CONSTITUCIONAL NO LIMIAR DE UM NOVO PARADIGMA JURÍDICO ECOCÊNTRICO NO ANTROPOCENO .....</b>	<b>433</b>
INGO WOLFGANG SARLET e TIAGO FENSTERSEIFER	
Introdução: o Direito Ambiental no limiar de um novo paradigma jurídico ecocêntrico no Antropoceno.....	434
1. O reconhecimento da dignidade e dos direitos da Natureza na ordem constitucional: uma (re)leitura “ecocêntrica” da expressão “todos” do caput art. 225 da Constituição Federal de 1988.....	446
1.1. A superação do antropocentrismo clássico e a ascensão de um novo paradigma jurídico ecocêntrico no âmbito constitucional.....	446
1.2. O reconhecimento da dignidade e dos direitos dos animais não humanos e da Natureza na ordem constitucional .....	454
1.2.1. As cinco categorias possíveis para enquadrar a proteção da Natureza no Sistema Jurídico (Jens Kersten) .....	457
1.2.1.1. O <i>status legal</i> da Natureza como reflexo normativo indireto dos direitos dos seres humanos.....	458
1.2.1.2. O <i>status legal</i> da Natureza como “patrimônio comum da humanidade” (“ <i>Common Heritage of Humanity</i> ”) .....	458
1.2.1.3. O <i>status legal</i> da Natureza como objetivo, tarefa ou dever jurídico-constitucional do Estado de proteger o meio ambiente.....	459
1.2.1.4. O <i>status legal</i> da Natureza como um “direito humano ou fundamental ao ambiente sadio e equilibrado” .....	459
1.2.1.5. O <i>status</i> da Natureza como sujeito ou pessoa jurídica titular de dignidade e direitos próprios ...	460

2.	A dignidade e os direitos da natureza na jurisprudência (nacional, comparada e internacional).....	464
2.1.	A dignidade do animal não humano e da Natureza na jurisprudência do STJ: a atribuição de direitos para além da esfera humana (REsp 1.797.175/SP).....	464
2.2.	A dignidade do animal não humano e a sua proteção contra práticas cruéis na jurisprudência do STF.....	466
2.3.	O debate “antropocentrismo vs. biocentrismo” no STF.....	471
2.4.	Os direitos da Natureza na jurisprudência do STF.....	472
2.5.	Um olhar sobre a jurisprudência comparada e internacional a respeito da dignidade e dos direitos da Natureza.....	473
3.	Conclusões articuladas.....	478